



O BRASIL COMO VETOR DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Rios

Sumario-Working Paper nº 17, Julho de 2011



www.plataformademocratica.org

O Brasil como vetor de integração sul-americana: possibilidades e limites

Pedro da Motta Veiga

Sandra Polónia Rios

Sumario

Em um contexto de crescente fragmentação nas estratégias nacionais e de clivagem política entre países nacionalistas e liberais na América do Sul, tem sido recorrente o debate sobre o papel que se poderia esperar do Brasil como vetor de integração regional. Houve claro esforço, ao longo da década, para conferir maior relevância à região na política externa brasileira. No registro das preferências de política pode-se dizer que a importância da região para o Brasil aumentou, embora tal relevância tenha encontrado dificuldades para se concretizar em iniciativas relevantes, especialmente na esfera econômica.

Nem as características estruturais da economia brasileira e tampouco a identificação de áreas de cooperação e integração com elevado potencial de ganhos para os diferentes países da região (integração energética, segurança alimentar, mudança climática, entre outras) parecem bastar para mobilizar governos e sociedades civis da região em torno destes objetivos.

Reciprocamente, incentivos e motivações econômicas têm sido suficientes para mobilizar interesses empresariais, setoriais e governamentais em torno de projetos específicos (a construção de uma estrada, por exemplo), mas parecem ter ainda escassa influência na definição das preferências de política dos países sul-americanos (inclusive o Brasil) em relação à região.

Em que pesem estas considerações, a importância do Brasil na agenda externa dos países da região parece ter também crescido na década recém-concluída, seja em função de dinâmicas políticas endógenas de tipo identitária (Equador e Bolívia), da busca de apoio político brasileiro na região (Venezuela) ou do interesse em atrair investimentos brasileiros e vê-lo atuar como mediador de conflitos entre países sul-americanos (Colômbia, Peru e Uruguai).

Como evoluirá este quadro nos próximos anos? Especular sobre o futuro das relações entre Brasil e países sul-americanos pressupõe identificar os fatores – internos à região e globais – que condicionarão as perspectivas de futuro das relações entre o Brasil e a América do Sul.

No plano global, três fatores aparecem como condicionantes do processo, em uma visão prospectiva: o desempenho das economias desenvolvidas, a evolução da economia chinesa e o ambiente político internacional em que evoluirá a “globalização”.

A convergência de demanda chinesa dinâmica e fraco crescimento da demanda dos países desenvolvidos significará para os países sul-americanos um incentivo à continuidade da tendência de consolidação da região como um pólo fornecedor de matérias-primas e recursos naturais para os mercados asiáticos.

A tendência, neste cenário, é que o comércio intra-regional no máximo mantenha sua participação nos fluxos comerciais globais dos países sul-americanos e que os incentivos econômicos para a integração se mantenham limitados. Em contrapartida, para os setores industriais exportadores da região, os mercados sul-americanos se tornarão mais relevantes.

O terceiro fator – o ambiente político em que se processa a globalização – pode ter implicações importantes para o futuro das relações entre o Brasil e sua vizinhança geográfica, impactando a evolução das variáveis internas à região, ao incentivar (ou, ao contrário, desestimular) interesses e posições orientados para a integração dos países da região à economia mundial.

No que se refere ao ambiente regional, duas variáveis parecem mais relevantes enquanto condicionantes da evolução das relações entre o Brasil e a região. Em primeiro lugar, o grau de envolvimento do Brasil com a economia global, tanto em termos de integração econômica com o mundo quanto de protagonismo nas agendas econômicas e políticas globais. Em segundo lugar, a evolução política doméstica nos demais países sul-americanos.

Um envolvimento crescente do Brasil com a economia global e sua agenda de negociações multitemáticas limita as probabilidades de atribuição de maior prioridade à agenda regional do país. Mesmo para a indústria brasileira – que tem um interesse como exportador e investidor na região – a relevância da região e seu peso nas estratégias de negócios das empresas parece balizada e condicionada pelo desempenho o Brasil como *player* global.

Em contrapartida, um ambiente internacional dominado por políticas que colocam em questão a globalização e por fragilidades nos principais foros de concertação econômica internacional tende a aumentar o peso da região para o Brasil, tanto em termos econômicos quanto políticos.

OS AUTORES

Pedro da Motta Veiga, é diretor do Centro de Estudos Integrados de Desenvolvimento (Cindes) e Diretor Gerente da Consultoria EcoStrat. É conselheiro regional de Agência Suíça para Cooperação e Desenvolvimento. Coordena a Rede do Conhecimento do Comércio, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável na América do Sul e é membro do Comité Director da Rede de Comércio da America Latina - LATN, por cujas atividades é responsável no Brasil. Foi Diretor do FINAME / BNDES e CEO da Funcex - Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior.

Sandra Polónia Rios, é economista e diretor do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Integrado (INCD) e consultor da Ecostrat Consultores. Focalizando as questões relacionadas com as negociações comerciais internacionais e da política comercial, Sandra é professora de Política de Negócios do Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro.